

MEX/31.BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/PB

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

|                    |  |                                |                          |
|--------------------|--|--------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG   | Editado por                    | Atualizado em            |
| 7/2026             | 160173-MEX/31.BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/PB | DANIEL AUGUSTO BEZERRA BARRETO | 22/04/2026 10:19 (v 0.6) |
| Status             |  |                                |                          |
| CONCLUIDO          |  |                                |                          |

Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | 10/2026               | 64097.002086/2026-11    |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

31º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO

(Processo Administrativo nº 64097.001106/2026-29)

1.1 Aquisição por Pregão Eletrônico, de Instrumentos Musicais para a Banda de Música do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

| Item | CATMAT | Descrição Detalhada do Item (Padrão Compras)  | Und | Qtde | V UNIT (R\$)  | V TOTAL       |
|------|--------|---|-----|------|---------------|---------------|
| 1    | 442177 | Tuba 3/4 em Bb, com 4 válvulas rotativas, corpo em latão, campana com diâmetro mínimo de 360 mm, acabamento laqueado, calibre médio, afinação padrão A=440/442 Hz, com estojo rígido, bocal e kit de limpeza. Padrão intermediário ou superior, tendo como referência marcas reconhecidas no mercado ou equivalente técnico comprovado. | UN  | 2    | R\$ 17.831,70 | R\$ 35.663,40 |
| 2    | 468368 | Trombone tenor em Bb, calibre largo (mínimo 0.547”), campana em latão com diâmetro mínimo de 8,5”, vara com revestimento cromado de alta resistência, acabamento laqueado, afinação padrão A=440/442 Hz, com estojo, bocal e lubrificante. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.  | UN  | 2    | R\$ 12.900,00 | R\$ 25.800,00 |
| 3    | 606467 | Trombone baixo em Bb/F/Eb, com dupla válvula independente, calibre largo, campana mínima de 9,5”, acabamento laqueado ou verniz dourado, afinação A=440 /442 Hz, com estojo e bocal. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.  | UN  | 2    | R\$ 18.243,50 | R\$ 36.487,00 |
| 4    | 458621 | Trompete em Bb, com 3 pistões em aço inoxidável ou monel, calibre médio (aprox. 0.459”), campana em latão com diâmetro mínimo de 123 mm, acabamento laqueado,   | UN  | 3    | R\$ 15.700,00 | R\$ 47.100,00 |

|              |        |   |    |   |               |                       |
|--------------|--------|---|----|---|---------------|-----------------------|
|              |        | afinação padrão, com estojo rígido, bocal e kit de limpeza. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.   |    |   |               |                       |
| 5            | 473291 | Bombardino em Bb, com 3 ou 4 pistões, corpo em latão, acabamento prateado ou laqueado, calibre médio, com estojo rígido e bocal, afinação A=440/442 Hz. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.   | UN | 2 | R\$ 3.095,12  | R\$ 6.190,24          |
| 6            | 468673 | Clarinete em Bb, corpo em ABS ou resina de alta densidade, sistema Boehm, mínimo de 17 chaves e 6 anéis, chaves em metal niquelado ou prateado, molas em aço inox ou blue steel, com estojo, boquilha, palheta, abraçadeira e kit de limpeza. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente. | UN | 2 | R\$ 10.015,00 | R\$ 20.030,00         |
| 7            | 458623 | Saxofone alto em Eb, corpo em latão, acabamento laqueado, apoio de polegar regulável, chaves ergonômicas, afinação padrão, com estojo, boquilha, palheta e correia. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.   | UN | 2 | R\$ 9.900,00  | R\$ 19.800,00         |
| 8            | 473288 | Saxofone tenor em Bb, corpo em latão, acabamento laqueado, chaves com regulagem de abertura, apoio de polegar ajustável, com estojo, boquilha, palheta e correia. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.   | UN | 2 | R\$ 14.489,00 | R\$ 28.978,00         |
| 9            | 468675 | Flauta transversal em C, corpo e mecanismo em metal com acabamento prateado, sistema Boehm, chaves fechadas, afinação padrão A=440/442 Hz, com estojo rígido e kit de limpeza. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.  | UN | 2 | R\$ 10.900,00 | R\$ 21.800,00         |
| 10           | 442171 | Flauta piccolo em C, corpo em madeira ou resina especial, mecanismo metálico prateado, afinação padrão, com estojo e acessórios de limpeza. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.   | UN | 2 | R\$ 9.101,33  | R\$ 18.202,66         |
| 11           | 391011 | Par de pratos em liga de bronze (mínimo B8 ou superior), diâmetro aproximado de 14", com correias de couro ou material resistente, indicado para banda marcial ou sinfônica.  | UN | 3 | R\$ 790,00    | R\$ 2.370,00          |
| 12           | 458632 | Bombo com dimensão aproximada de 22" x 14", casco em madeira laminada, ferragens reforçadas, aros metálicos, pele sintética resistente, sistema de afinação por parafusos, com suporte/colete.  | UN | 2 | R\$ 1.115,00  | R\$ 2.230,00          |
| 13           | 458620 | Caixa tenor com dimensão aproximada de 14" x 12", casco em madeira, aro duplo reforçado, sistema de afinação por parafusos, pele resistente, com suporte tipo carrier.  | UN | 2 | R\$ 1.235,77  | R\$ 2.471,54          |
| 14           | 473290 | Sousafone em Bb, corpo em latão ou fibra de alta resistência, campana removível, acabamento prateado ou laqueado, afinação padrão, com capa ou estojo. Padrão intermediário ou superior, ou equivalente.  | UN | 2 | R\$ 32.895,00 | R\$ 65.790,00         |
| 15           | 485496 | Bateria eletrônica composta por módulo sonoro com múltiplos timbres, pads de caixa, tons e pratos sensíveis à dinâmica, rack/estrutura metálica, pedal de bumbo e hi-hat, alimentação bivolt, saídas de áudio e conexão para fones.   | UN | 2 | R\$ 6.749,77  | R\$ 13.499,54         |
| 16           | 467130 | Tumbadora/conga com casco em madeira, ferragens metálicas reforçadas, pele natural ou sintética de alta resistência, com suporte metálico ajustável.  | UN | 2 | R\$ 4.290,00  | R\$ 8.580,00          |
| 17           | 441710 | Guitarra elétrica, 6 cordas, corpo em madeira maciça, braço em maple ou similar, mínimo de 22 trastes, captação dupla (humbucker ou equivalente), controles de volume e tonalidade, com estojo.   | UN | 2 | R\$ 2.400,00  | R\$ 4.800,00          |
| 18           | 441711 | Contrabaixo elétrico, 5 cordas, corpo em madeira, braço com tensor ajustável, captação ativa, controles de volume e equalização, com estojo.  | UN | 2 | R\$ 5.130,00  | R\$ 10.260,00         |
| <b>TOTAL</b> |        |   |    |   |               | <b>R\$ 370.052,38</b> |

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 64097.001106/2026-29, aprovado em 25/03/2026, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.
- 1.5. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência conforme instrumento próprio, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A fundamentação da presente contratação, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontra-se devidamente detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, documento que integra o presente processo administrativo e subsidia a demonstração da necessidade da contratação, a análise das soluções disponíveis no mercado e a justificativa da alternativa selecionada, observando os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade.
- 2.2. O objeto da contratação está formalmente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, bem como ao Decreto nº 10.947/2022, que disciplina a elaboração e consolidação do PCA no âmbito da Administração Pública Federal, conforme detalhamento a seguir:
- 2.2.1. ID do PCA no PNCP: 00394452000103-0-000112/2026;
  - 2.2.2. Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;
  - 2.2.3. Identificação dos itens no PCA: 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39;
  - 2.2.4. Classe de material (CATMAT): 7710 – Instrumentos Musicais;
  - 2.2.5. Identificador da futura contratação: 160173-10/2026.
- 2.3. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Organização Militar demandante, em especial aos seus Objetivos Estratégicos Organizacionais (OEO), conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, evidenciando a sua contribuição para o alcance dos resultados institucionais e para a adequada prestação das atividades finalísticas.
- 2.4. Tal alinhamento assegura a observância dos princípios da eficiência, eficácia, planejamento, governança e interesse público, promovendo a racionalização dos recursos públicos e a aderência da contratação às diretrizes institucionais e orçamentárias vigentes.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

- 4.1.1. A contratação observará, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.
- 4.1.2. Os instrumentos musicais deverão ser fabricados com materiais que assegurem durabilidade e reduzam a necessidade de substituições frequentes, contribuindo para a sustentabilidade no ciclo de vida dos bens, conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar.
- 4.1.3. Sempre que aplicável, deverão ser priorizados produtos que atendam a normas ambientais e que sejam acompanhados de orientações quanto ao uso, conservação e descarte adequado de componentes.

### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

- 4.2.1. Para fins de definição do padrão de qualidade, poderão ser utilizadas marcas de referência, tais como Yamaha, Weril, Jupiter, Conn, Bach, Selmer, Pearl, Fender, Ibanez, entre outras, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.2. A indicação de marcas tem caráter exclusivamente referencial, com a finalidade de estabelecer parâmetro mínimo de qualidade, sendo vedada a restrição indevida à competitividade.

#### 4.3. Da vedação de marca

4.3.1. Não se aplica a vedação específica de marcas ou modelos, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não será exigida apresentação de amostras.

#### 4.5. Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando tratar-se de fornecimento de bens, sem parcela técnica passível de execução indireta.

#### 4.6. Garantia da contratação

4.6.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco de inadimplemento e a ausência de complexidade na execução, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.7. Garantia dos bens

4.7.1. Os instrumentos musicais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

4.7.2. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá substituir ou reparar, sem ônus para a Administração, quaisquer defeitos de fabricação ou funcionamento.

#### 4.8. Tratamento diferenciado para ME/EPP

4.8.1. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.8.2. Considerando a natureza divisível do objeto, poderá ser adotada reserva de cota de até 25% por item, conforme regulamentação vigente, desde que não haja prejuízo à competitividade e à vantajosidade da contratação.

#### 4.9. Margem de preferência

4.9.1. Não se aplica margem de preferência, tendo em vista a inexistência de enquadramento específico do objeto nos critérios do Decreto nº 11.890/2024.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. Condições de entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

5.1.2. A entrega será realizada em remessa única, considerando a natureza dos bens e a necessidade de padronização do conjunto instrumental.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, apresentando as devidas justificativas para análise, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

5.1.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Quinze de Novembro, nº 100, Palmeira, Campina Grande/PB, CEP: 58.401-075.

#### 5.2. Condições no ato da entrega

5.2.1. Os instrumentos deverão ser entregues:

- novos, de primeiro uso;
- em perfeito estado de conservação;
- acompanhados de todos os acessórios especificados;
- devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante.

5.2.2. No ato do recebimento provisório, os bens serão submetidos à verificação técnica, compreendendo:

- I – inspeção visual (ausência de avarias, deformações ou oxidação);
- II – verificação de funcionamento mecânico (válvulas, pistões, chaves e sistemas móveis);
- III – conferência de acessórios e componentes;
- IV – teste básico de emissão sonora e resposta do instrumento.

5.2.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

- estiverem em desacordo com as especificações;
- apresentarem defeitos de fabricação;
- apresentarem funcionamento irregular;
- não atenderem ao padrão de qualidade exigido.

5.2.4. Na hipótese de rejeição, a contratada deverá proceder à substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus para a Administração.

### 5.3. Garantia dos bens

5.3.1. Aplica-se a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

5.3.2. Adicionalmente, será exigida garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

5.3.3. Caso a garantia do fabricante seja superior, prevalecerá o prazo mais vantajoso para a Administração.

### 5.4. Manutenção e assistência técnica

5.4.1. A garantia abrange a manutenção corretiva dos bens,

- incluindo: ● substituição de peças;
- ajustes e regulagens;
  - reparos necessários ao pleno funcionamento.

5.4.2. As peças substituídas deverão ser:

- novas;
- de primeiro uso;
- originais ou compatíveis;
- de qualidade igual ou superior às originais.

5.4.3. A contratada deverá realizar o reparo ou substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.

5.4.4. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal aceita pela Administração.

### 5.5. Responsabilidades durante a garantia

5.5.1. Todos os custos relacionados à garantia, inclusive transporte, correrão por conta da contratada.

5.5.2. O descumprimento das obrigações de garantia poderá

- ensejar: ● aplicação de sanções administrativas;
- execução indireta dos serviços pela Administração, com ressarcimento pela contratada.

### 5.6. Vigência da garantia

5.6.1. A garantia dos bens possui vigência própria e independente da vigência contratual, podendo ser exigida mesmo após o encerramento do contrato, nos termos da legislação aplicável.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e nas disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O fornecimento dos bens deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, marcas, modelos e características constantes da proposta adjudicada e deste Termo de Referência, sendo vedada a entrega de produtos divergentes, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão contratual, o cronograma de entrega será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

6.4. As comunicações entre a Administração e o Contratado deverão ocorrer formalmente, preferencialmente por meio eletrônico institucional, assegurando-se a rastreabilidade, a integridade e o adequado registro nos autos do processo administrativo.

6.5. A Administração poderá convocar, a qualquer tempo, representante do Contratado para prestar esclarecimentos ou adotar providências imediatas relacionadas à entrega, substituição ou regularização dos bens fornecidos.

6.6. Poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento com o Contratado, com o objetivo de detalhar as condições de entrega, critérios de recebimento, procedimentos de fiscalização e obrigações contratuais, especialmente quanto à conferência e aceitação dos instrumentos musicais.

### 6.7. Fiscalização da Execução Contratual

6.7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022, cabendo-lhes assegurar a conformidade do fornecimento com as condições estabelecidas.

### 6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. Compete ao fiscal técnico acompanhar e verificar o fornecimento dos instrumentos musicais, assegurando que os bens entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas, marcas e modelos constantes da proposta vencedora e deste Termo de Referência.

6.8.2. A fiscalização técnica abrangerá, no mínimo:

- 6.8.2.1. conferência física dos bens entregues, quanto à quantidade, integridade e acondicionamento;
- 6.8.2.2. verificação da conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- 6.8.2.3. análise da compatibilidade com a marca e modelo ofertados;
- 6.8.2.4. verificação do funcionamento básico dos instrumentos, quando aplicável;
- 6.8.2.5. conferência de acessórios, componentes, manuais e certificados exigidos.

6.8.3. O fiscal técnico registrará todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, mantendo histórico atualizado, com indicação de eventuais inconformidades e das providências adotadas.

6.8.4. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico notificará o Contratado para correção ou substituição dos bens, fixando prazo compatível com a natureza do fornecimento, sem prejuízo da aplicação de sanções.

6.8.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, de forma tempestiva, situações que possam comprometer a execução contratual ou demandem decisão superior.

### 6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1. Compete ao fiscal administrativo acompanhar os aspectos formais e financeiros da execução contratual, incluindo:

- 6.9.1.1. verificação da manutenção das condições de habilitação do Contratado;
- 6.9.1.2. acompanhamento do empenho, liquidação e pagamento;
- 6.9.1.3. conferência documental para fins de pagamento;
- 6.9.1.4. controle de garantias contratuais, quando exigidas.

6.9.2. Em caso de irregularidades administrativas ou descumprimento contratual, o fiscal administrativo deverá atuar de forma tempestiva, comunicando o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

### 6.10. Disposições Gerais sobre Fiscalização

6.10.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado pela qualidade, conformidade e adequação dos bens fornecidos, inclusive perante terceiros.

6.10.2. O recebimento dos instrumentos musicais não afasta a responsabilidade do Contratado quanto a vícios ocultos, defeitos de fabricação ou inadequações verificadas durante o período de garantia.

## 6.11. Gestão do Contrato

6.11.1. A gestão do contrato será exercida por servidor designado, responsável pela coordenação das atividades de fiscalização e pelo acompanhamento da execução contratual.

6.11.2. Compete ao gestor do contrato:

- 6.11.2.1. consolidar os registros da execução contratual;
- 6.11.2.2. acompanhar as atividades dos fiscais técnico e administrativo;
- 6.11.2.3. validar o cumprimento das obrigações contratuais para fins de pagamento;
- 6.11.2.4. adotar providências para apuração de irregularidades e aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.11.2.5. elaborar relatório final da execução contratual, com avaliação dos resultados obtidos.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 7.1. Das infrações administrativas

7.1.1. Constitui infração administrativa, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, toda ação ou omissão do Contratado que comprometa a execução contratual, especialmente quando:

- 7.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.1.2. der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 7.1.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;
- 7.1.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

### 7.2. Das sanções administrativas

7.2.1. Ao Contratado que incorrer nas infrações previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções, observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade:

- 7.2.1.1. advertência, aplicável nas hipóteses de infrações de menor gravidade, especialmente nos casos de inexecução parcial sem prejuízo relevante à Administração;
- 7.2.1.2. multa, nas modalidades moratória e compensatória;
- 7.2.1.3. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo previsto em lei, quando caracterizada conduta de maior gravidade;
- 7.2.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses de infrações gravíssimas.

### 7.3. Das multas

7.3.1. A multa será aplicada conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os seguintes parâmetros:

7.3.1.1. Multa moratória:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do respectivo valor.

7.3.1.2. Multa compensatória:

- a) de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;

- b) de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução parcial com prejuízo à Administração;
- c) de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de atraso injustificado, quando aplicada em substituição à multa moratória;
- d) de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de descumprimento de obrigações contratuais não enquadradas nas hipóteses anteriores.

7.3.2. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções, conforme o caso concreto.

#### 7.4. Da aplicação das sanções

7.4.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.2. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

#### 7.5. Do procedimento sancionador

7.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.5.1.1. a natureza e a gravidade da infração;

7.5.1.2. as circunstâncias do caso concreto;

7.5.1.3. os danos causados à Administração;

7.5.1.4. eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.5.1.5. a existência de mecanismos de integridade, programas de compliance ou boas práticas de governança implementadas pelo Contratado.

7.5.2. As sanções aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais de cadastramento de fornecedores, inclusive no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme legislação vigente.

#### 7.6. Da cobrança e execução das penalidades

7.6.1. Os valores relativos às multas e indenizações poderão ser:

7.6.1.1. descontados de pagamentos devidos pela Administração;

7.6.1.2. compensados com créditos do Contratado;

7.6.1.3. cobrados administrativa ou judicialmente.

7.6.2. Caso os valores devidos superem os créditos existentes, a diferença poderá ser executada judicialmente ou por meio da garantia contratual, quando exigida.

#### 7.7. Disposições complementares

7.7.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também configurem atos lesivos à Administração Pública serão apurados e julgados conjuntamente, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

7.7.2. Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica do Contratado quando verificado abuso de direito, desvio de finalidade ou confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos seus administradores e sócios, conforme a legislação aplicável.

7.7.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser objeto de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 8.1. Do recebimento do objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal do contrato ou agente designado, para fins de verificação preliminar de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas estabelecidas, devendo o Contratado promover sua substituição no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados da notificação formal, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, após a verificação detalhada da conformidade do objeto, mediante emissão de termo circunstanciado, conforme art. 140, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4. Nas contratações enquadradas no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo para recebimento definitivo poderá ser reduzido para até 5 (cinco) dias úteis, em razão da menor complexidade do objeto.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, mediante justificativa técnica fundamentada, quando houver necessidade de diligências para aferição do pleno atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração notificar formalmente o Contratado para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para saneamento de inconsistências imputáveis ao Contratado não será computado para fins de recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela qualidade, durabilidade e segurança dos bens fornecidos, nem sua responsabilidade pela perfeita execução do objeto.

8.1.9. Para o objeto específico desta contratação (instrumentos musicais), o recebimento definitivo fica condicionado à plena funcionalidade dos bens, incluindo, quando aplicável:

- a) montagem e instalação completa;
- b) regulação e afinação inicial;
- c) testes operacionais e de sonoridade;
- d) verificação de integridade física e acabamento;
- e) entrega de manuais e acessórios obrigatórios.

### 8.2. Da liquidação da despesa

8.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, nos termos das normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira.

8.2.2. Para contratações de pequeno valor (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021), o prazo poderá ser reduzido, conforme regulamentação interna do órgão.

8.2.3. Para fins de liquidação, será verificada a conformidade formal e material da documentação apresentada, devendo a nota fiscal conter, no mínimo:

- a) identificação do contratado;
- b) identificação do contrato ou instrumento equivalente;
- c) descrição detalhada do objeto fornecido;
- d) valores unitários e totais;
- e) destaque das retenções tributárias, quando cabíveis.

8.2.4. Havendo erro, inconsistência ou pendência documental, o prazo de liquidação ficará suspenso até a regularização pelo Contratado, sem ônus para a Administração.

8.2.5. A liquidação ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal do Contratado, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

### 8.3. Do pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

8.3.2. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pelo Contratado.

8.3.3. Considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

8.3.4. Em caso de atraso imputável exclusivamente à Administração, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente por índice oficial previamente definido no instrumento convocatório, observada a legislação aplicável.

8.3.5. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.3.6. O Contratado optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para fins de tratamento tributário diferenciado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

#### 8.4. Da antecipação de pagamento

8.4.1. A antecipação de pagamento somente será admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas, e desde que observados os requisitos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.2. Quando admitida, ficará condicionada à prestação de garantia adicional pelo Contratado, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.3. Na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, o Contratado deverá restituir os valores antecipados, devidamente atualizados.

#### 8.5. Da cessão de crédito

8.5.1. É admitida a cessão fiduciária de créditos decorrentes da contratação, desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

8.5.2. A cessão não altera a responsabilidade do Contratado pela execução integral do objeto.

#### 8.6. Do reajuste

8.6.1. Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

8.6.2. Após esse período, poderá ser concedido reajuste mediante aplicação de índice setorial compatível com o objeto da contratação, previamente definido no Termo de Referência.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Será adotado como critério de julgamento o menor preço, por item ou grupo, conforme definido no Termo de Referência, observados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência e julgamento objetivo, nos termos do art. 5º e art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3. A escolha do critério de menor preço fundamenta-se na padronização do objeto e na possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1.4. Considerando que o valor estimado de cada item desta contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

#### 9.2. Justificativa da modalidade

9.2.1. A adoção do pregão eletrônico justifica-se em razão da natureza comum dos bens a serem adquiridos (instrumentos musicais), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, conforme disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. O formato eletrônico amplia a competitividade, assegura maior transparência ao certame e contribui para a obtenção de melhores propostas, em conformidade com as diretrizes de governança e eficiência previstas na legislação.

#### 9.3. Forma de fornecimento

9.3.1. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, nos quantitativos e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

9.3.2. A forma parcelada justifica-se pela necessidade de adequação às demandas operacionais, otimização do armazenamento, melhor gestão orçamentária e mitigação de riscos de obsolescência ou avarias.

#### 9.4. Exigências gerais de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar o atendimento às exigências relativas à:

- I – habilitação jurídica;
- II – regularidade fiscal, social e trabalhista;
- III – qualificação econômico-financeira;
- IV – qualificação técnica;

nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.5. Habilitação jurídica

9.5.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação de atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais, devidamente registrados, conforme a natureza jurídica do licitante.

9.5.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente atualizadas, de modo a permitir a verificação da regular constituição da pessoa jurídica e da legitimidade de seus representantes legais.

#### 9.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação das certidões exigidas pela legislação vigente, conforme disposto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.6.2. A comprovação deverá abranger as esferas federal, estadual e municipal pertinentes, bem como a regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assegurando a idoneidade do licitante.

#### 9.7. Qualificação econômico-financeira

9.7.1. A qualificação econômico-financeira será exigida com o objetivo de aferir a capacidade do licitante de cumprir as obrigações contratuais, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.2. Para tanto, poderão ser exigidos:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- b) índices de liquidez, solvência e endividamento;
- c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

9.7.3. Caso os índices apresentados sejam inferiores aos parâmetros definidos no instrumento convocatório, poderá ser exigida a comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido, como medida de mitigação de risco à execução contratual.

#### 9.8. Qualificação técnica

9.8.1. A qualificação técnica será exigida com o objetivo de assegurar que o licitante possui aptidão para o fornecimento de instrumentos musicais com padrões adequados de qualidade, desempenho e durabilidade.

9.8.2. A comprovação dar-se-á mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de bens similares.

9.8.3. Os atestados deverão demonstrar compatibilidade em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação.

9.8.4. Deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da entidade emitente;
- b) identificação do contratado;
- c) descrição do objeto fornecido;
- d) período de execução;
- e) avaliação quanto ao desempenho do fornecimento.

9.8.5. A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações apresentadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.9. Disposições gerais sobre habilitação

9.9.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em nome do licitante, observando-se a coerência entre matriz e filial, quando aplicável.

9.9.2. A Administração verificará a existência de sanções que impeçam a participação no certame ou a contratação, mediante consulta aos cadastros oficiais, inclusive CEIS e CNEP.

9.9.3. Quando admitida a participação de empresas estrangeiras, a documentação poderá ser apresentada em tradução livre, devendo ser posteriormente traduzida por tradutor juramentado, conforme legislação aplicável.

9.9.4. O não atendimento das exigências de habilitação implicará a inabilitação do licitante, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 370.052,38 (trezentos e setenta mil, cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos)**, constituindo o limite máximo aceitável pela Administração, conforme apuração realizada a partir de pesquisa de preços regularmente instruída.

10.2. A formação do valor estimado observou rigorosamente o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, tendo sido adotada metodologia baseada em múltiplas fontes de consulta, assegurando:

- contemporaneidade dos dados coletados;
- diversidade e independência das fontes;
- compatibilidade com as especificações técnicas do objeto;
- rastreabilidade e transparência dos critérios utilizados.

10.3. A pesquisa de preços considerou, sempre que possível, parâmetros tais como:

- contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- dados constantes de painéis oficiais de preços;
- propostas comerciais de fornecedores do ramo;
- outras fontes idôneas de mercado, nos termos da IN SEGES nº 65/2021.

10.4. Os valores unitários estimados encontram-se detalhados na seção correspondente à descrição do objeto, integrando este Termo de Referência para todos os fins.

10.5. Na definição do valor estimado, foram considerados os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo, quando aplicável:

- despesas com transporte, frete e logística;
- encargos tributários e comerciais;
- custos operacionais relacionados à entrega, instalação e testes dos instrumentos musicais;
- garantias e assistência técnica.

10.6. A estimativa de custos observou, ainda, a adequada consideração dos riscos inerentes à contratação, em consonância com o planejamento realizado e com os artefatos de governança pertinentes, especialmente a matriz de riscos, conforme boas práticas administrativas e diretrizes da IN SEGES nº 94 /2022.

10.7. Nos termos do § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado poderá ser tratado como sigiloso, mediante justificativa formal nos autos do processo administrativo, quando sua divulgação prévia puder comprometer a competitividade do certame.

10.8. Na hipótese de adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), os valores registrados poderão ser revistos, observadas as disposições legais e regulamentares, nas seguintes situações:

10.8.1. ocorrência de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;

10.8.2. criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, desde que comprovada sua repercussão nos preços registrados;

10.8.3. reajuste, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme índice previamente definido no instrumento convocatório;

10.8.4. reequilíbrio econômico-financeiro, mediante solicitação do interessado e demonstração analítica da variação efetiva dos custos da contratação.

10.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar nova pesquisa de preços para fins de verificação da vantajosidade, especialmente em contratações de execução prolongada ou em cenários de alta volatilidade de mercado.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, em conformidade com o planejamento orçamentário do órgão demandante e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- 11.2.1. Gestão/Unidade: 00001 – Tesouro Nacional;
- 11.2.2. Fonte de Recursos: 1000000000;
- 11.2.3. Programa de Trabalho: 262009;
- 11.2.4. Elemento de Despesa: 44.90.52;
- 11.2.5. Plano Interno: E6MISOLINMU.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando aplicável, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e a consequente disponibilização dos créditos orçamentários, mediante apostilamento, nos termos da legislação vigente.

11.4. A execução da despesa está condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devidamente certificada nos autos do processo administrativo, em observância ao princípio do equilíbrio fiscal e às normas de responsabilidade na gestão fiscal.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Campina Grande-PB, 20 de março de 2026.

**JEAN RICARDO DA NÓBREGA ALVES - 1º Sgt**  
Chefe do Almoxarifado

**De acordo:**

**PEDRO MANOEL DE LIMA NETO - Cap**  
Fiscal Administrativo

**Despacho:** Aprovo este Termo de Referência e anexos, por atender ao disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, conforme a Lei 14.133/2021.

**VICENTE DE PAULO CAMPOS JUNIOR - Ten Cel**  
Autoridade competente

## **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

#### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário será convocado para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil), no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

1.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada do adjudicatário e desde que aceita pela Administração, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O aceite do instrumento equivalente ao contrato implicará, para todos os fins de direito:

1.3.1. no reconhecimento de que o referido instrumento substitui o termo de contrato, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo-lhe plenamente aplicáveis todas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

1.3.2. na vinculação do contratado à sua proposta, ao edital do pregão eletrônico, ao Termo de Referência e a todos os seus anexos, os quais passam a integrar a contratação independentemente de transcrição;

1.3.3. na aceitação integral das condições de execução, fornecimento, recebimento, medição, pagamento e fiscalização estabelecidas pela Administração;

1.3.4. na responsabilidade do contratado pela fiel execução do objeto, observando-se os padrões de qualidade, desempenho e conformidade exigidos;

1.3.5. na obrigatoriedade de manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a execução da contratação, conforme art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Como condição para a formalização da contratação, será verificada pela Administração a manutenção das condições de habilitação do adjudicatário, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e junto ao SICAF, podendo ser exigida a apresentação de documentos atualizados, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar o instrumento equivalente ao contrato, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente previstas, inclusive a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. A formalização da contratação observará, ainda, as disposições da Orientação Normativa nº 84/2024 e demais normativos aplicáveis às contratações de pequeno valor, quando for o caso.

## 14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será aquele estabelecido no Termo de Referência, contado da data da assinatura do instrumento equivalente ao contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. Considerando tratar-se de **aquisição de bens (instrumentos musicais)**, a vigência da contratação deverá ser suficiente para contemplar o prazo de entrega, recebimento definitivo e eventual substituição de bens, não se caracterizando como prestação de serviço contínuo.
- 2.3. A vigência poderá ser prorrogada, excepcionalmente, nas hipóteses em que houver necessidade de ajuste do cronograma de execução, desde que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.4. Na hipótese de o objeto não ser concluído no prazo inicialmente previsto por motivo não imputável ao contratado, a vigência poderá ser prorrogada de ofício pela Administração, mediante justificativa formal, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 2.5. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa do contratado, este ficará sujeito às sanções cabíveis, podendo a Administração, conforme o caso:
- 2.5.1. conceder prazo adicional para cumprimento da obrigação, mediante justificativa e sem prejuízo da aplicação de penalidades; ou
  - 2.5.2. promover a extinção da contratação, nos termos dos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 2.6. A prorrogação da vigência não implica, em qualquer hipótese, direito subjetivo do contratado, devendo ser precedida de análise de conveniência e oportunidade da Administração.
- 2.7. Eventuais prorrogações deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, quando exigido, observadas as disposições legais aplicáveis.
- 2.8. Não se aplica à presente contratação a prorrogação por até 10 (dez) anos prevista nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por não se tratar de serviço contínuo.
- 2.9. A contratação também não se enquadra nas hipóteses de dispensa emergencial previstas no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, não sendo aplicáveis as regras específicas de vigência ali estabelecidas.

## 15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência, edital e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, verificando sua conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- 3.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, determinando sua substituição, correção ou complementação, às expensas do Contratado;
- 3.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, acerca de vícios, defeitos, incorreções ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, fixando prazo razoável para sua correção;
- 3.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, por meio de servidor ou comissão designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- 3.1.6. Registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 3.1.7. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto ao objeto entregue, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

- 3.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- 3.1.9. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- 3.1.10. Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do protocolo do requerimento, admitida prorrogação motivada por igual período;
- 3.1.11. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratado, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.1.12. Verificar, previamente ao pagamento, a manutenção das condições de habilitação do Contratado, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e junto ao SICAF;
- 3.1.13. Disponibilizar as informações necessárias para o correto cumprimento do objeto, especialmente quanto ao local de entrega e às condições operacionais;
- 3.1.14. Receber definitivamente os bens somente após a verificação da conformidade com as especificações técnicas, qualidade, quantidade e funcionamento adequado dos instrumentos musicais;
- 3.1.15. Zelar pela adequada guarda e conservação dos bens após o recebimento provisório, quando for o caso;
- 3.1.16. Assegurar as condições necessárias para o recebimento e conferência dos bens no local designado;
- 3.1.17. Comunicar aos órgãos competentes eventuais irregularidades praticadas pelo Contratado, quando for o caso;
- 3.1.18. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, com atribuições definidas, conforme disposto no Decreto nº 11.246/2022.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Termo de Referência, deste Anexo e de seus demais documentos vinculantes, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da adequada execução do objeto, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

4.2. Constituem obrigações do Contratado, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

4.2.1. Fornecer os instrumentos musicais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente acondicionados, embalados e protegidos contra danos durante transporte e armazenamento;

4.2.2. Garantir que os bens entregues atendam integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no Termo de Referência;

4.2.3. Entregar os produtos acompanhados de:

- manual do usuário em língua portuguesa;
- certificados de garantia;
- nota fiscal correspondente;
- relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos dos bens fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como pela substituição ou reparo imediato, sem ônus adicional para a Administração;

4.2.5. Substituir, no prazo fixado pela Administração, quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias, incompatibilidades com as especificações ou inadequação ao uso a que se destinam;

4.2.6. Comunicar formalmente ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos de entrega, apresentando justificativa devidamente comprovada;

4.2.7. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;



4.2.8. Responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

4.2.9. Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, em conformidade com o art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021;

4.2.10. Apresentar, quando não for possível a verificação por meio do SICAF, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, especialmente:

- regularidade junto à Seguridade Social;
- certidão conjunta de tributos federais e dívida ativa;
- regularidade junto ao FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- regularidade com fazendas estadual/municipal, conforme o caso;

4.2.11. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários decorrentes da execução do objeto, não havendo qualquer vínculo entre seus empregados e a Administração;

4.2.12. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto da contratação sem prévia autorização da Administração;

4.2.13. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, bem como atender prontamente às determinações da fiscalização;

4.2.14. Garantir padrão adequado de qualidade sonora, afinação e acabamento dos instrumentos musicais, quando aplicável, compatível com uso institucional, educacional ou artístico previsto;

4.2.15. Assegurar que os instrumentos estejam devidamente regulados e prontos para uso no momento da entrega, quando tecnicamente aplicável;

4.2.16. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos bens no local indicado, sem custos adicionais para a Administração;

4.2.17. Observar as normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à segurança, qualidade e certificação de produtos, quando exigidas;

4.2.18. Cumprir as normas relativas à sustentabilidade, quando aplicável, especialmente quanto à origem de materiais utilizados (como madeiras), observando a legislação ambiental vigente;

4.2.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.2.20. Não empregar menores em desacordo com a legislação trabalhista, observando o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

4.2.21. Responder por eventuais equívocos no dimensionamento de sua proposta, devendo complementá-la sem ônus adicional para a Administração, salvo hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;

4.2.22. Atender às exigências da fiscalização quanto à substituição de produtos considerados inadequados, no prazo estabelecido;

4.2.23. Fornecer garantia mínima conforme definido no Termo de Referência, responsabilizando-se pelo suporte técnico durante o período garantido;

4.2.24. Assegurar disponibilidade de assistência técnica durante o período de garantia, preferencialmente em território nacional ou em local de fácil acesso;

4.2.25. Cumprir todas as demais obrigações inerentes à boa e regular execução do objeto, ainda que não expressamente previstas neste Anexo, desde que decorrentes da legislação aplicável.

## 17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será considerada extinta com a completa execução do objeto e o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, ainda que antes do prazo inicialmente estipulado.

5.2. O contrato também se extinguirá pelo decurso do prazo de vigência, independentemente do cumprimento integral das obrigações, sem prejuízo da apuração de responsabilidades, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Caso o objeto não seja concluído no prazo estabelecido, a vigência poderá ser prorrogada até a sua efetiva conclusão, desde que não haja culpa do Contratado, devendo a Administração promover a devida readequação do cronograma físico-financeiro.

5.4. Verificada a culpa do Contratado pela não conclusão do objeto no prazo pactuado:

5.4.1. ficará caracterizada a mora, sujeitando-o às sanções administrativas cabíveis, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;

5.4.2. poderá a Administração promover a extinção contratual, adotando as medidas necessárias à continuidade da execução do objeto, inclusive por meio de nova contratação.

5.5. A contratação poderá ser extinta antecipadamente, mediante decisão motivada da Administração, nas seguintes hipóteses:

5.5.1. superveniência de fato que torne a execução contratual desnecessária ou desvantajosa ao interesse público;

5.5.2. indisponibilidade de créditos orçamentários;

5.5.3. ocorrência de caso fortuito ou força maior que inviabilize a execução;

5.5.4. descumprimento contratual por parte do Contratado;

5.5.5. demais hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. A extinção contratual observará, sempre que aplicável, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

5.7. A extinção amigável poderá ocorrer, desde que haja conveniência para a Administração e concordância entre as partes, com a devida formalização no processo administrativo.

5.8. Nos casos de extinção antecipada por iniciativa da Administração sem culpa do Contratado, serão assegurados os direitos relativos ao equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.9. O termo de extinção contratual será, sempre que possível, precedido de:

5.9.1. relatório de execução contratual, com a descrição dos serviços ou fornecimentos realizados;

5.9.2. apuração dos valores pagos e dos saldos eventualmente devidos;

5.9.3. levantamento de penalidades, indenizações ou glosas aplicáveis.

5.10. A extinção do contrato não impede a aplicação de sanções administrativas nem a responsabilização civil e administrativa do Contratado por eventuais irregularidades verificadas durante a execução.

5.11. A alteração da estrutura societária do Contratado não ensejará, por si só, a extinção contratual, desde que não comprometa a execução do objeto, devendo, quando necessário, ser formalizada por meio de termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso seja constatada situação de conflito de interesses, fraude ou irregularidade grave, inclusive quando verificado vínculo indevido entre o Contratado e agentes públicos envolvidos na licitação ou na gestão contratual, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021.

## 18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 19. 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser devidamente motivadas, justificadas e formalizadas no processo administrativo.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao adequado cumprimento do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite previsto no item anterior, desde que haja justificativa técnica e interesse da Administração, conforme disposto na legislação vigente.

7.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, previamente instruído com:

- 7.4.1. justificativa técnica e administrativa da alteração;
- 7.4.2. demonstração da manutenção do interesse público;
- 7.4.3. análise quanto aos impactos financeiros e orçamentários;
- 7.4.4. manifestação jurídica, quando exigida pelas normas internas do órgão.

7.5. Nos casos de alteração do valor contratual, deverá ser assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Não caracterizam alteração contratual, podendo ser formalizados por simples apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021:

- 7.6.1. atualizações decorrentes de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro previamente previsto;
- 7.6.2. compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento;
- 7.6.3. alterações meramente formais que não impactem o objeto, o valor ou as condições essenciais da contratação.

7.7. É vedada a alteração contratual que descaracterize o objeto originalmente contratado ou que comprometa a competitividade do certame, sob pena de nulidade, conforme princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

20. 8. FORO

8.1 Fica definido o Foro da Justiça Federal em [Campina Grande-PB](#), Seção Judiciária de [Campina Grande-PB](#) para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local - UF, ..... de ..... de 20.... .


\_\_\_\_\_  
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


**JEAN RICARDO DA NOBREGA ALVES**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **JONATHAN CLAY FERREIRA DA SILVA**  
Data: 22/04/2026 10:34:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JONATHAN CLAY FERREIRA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **DANIEL AUGUSTO BEZERRA BARRETO**  
Data: 22/04/2026 10:26:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**DANIEL AUGUSTO BEZERRA BARRETO**

Membro da comissão de contratação